



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 5588/2025

PROJETO INDICATIVO Nº: 157/2025

AUTORIA: Raphaela Moraes

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO POR EMPRESAS CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO DA SERRA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESGATES DE ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto Indicativo nº 157/2025 , de autoria da Vereadora Raphaela Maria de Oliveira Moraes Vasques , que objetiva sugerir ao Chefe do Poder Executivo a criação de normas que obriguem empresas contratadas pelo Município, especialmente para serviços que envolvam manejo e resgate de animais, a apresentar e executar Programas de Treinamento e Capacitação para seus colaboradores.

O processo foi protocolado em 20/08/2025 e lido no Expediente do Dia da Sessão Ordinária em 20/10/2025. Após despacho da Presidência e análise da





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria, foi encaminhado a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em 21/10/2025 para exarar parecer.

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 544/2025, exarado pela Douta Procuradoria. A Procuradoria fundamenta que a matéria é de interesse local (Art. 30, I e II, da Lei Orgânica Municipal). Contudo, por tratar de matéria disposta no Art. 143, parágrafo único, da Lei Orgânica (competência privativa do Chefe do Executivo), o instrumento adequado é o Projeto Indicativo, conforme o Art. 136 do Regimento Interno. A Procuradoria também atestou o respeito à técnica legislativa (LC 95/98) e opinou pelo **PROSSEGUIMENTO** da proposição.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 544/2025, exarado pela Douta Procuradoria.

A matéria é de manifesto **interesse local**, alinhada à competência municipal estabelecida no Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal e no Art. 30, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal (LOM).





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A proposição visa dispor sobre a organização e execução de serviços públicos prestados por empresas contratadas, matéria afeta à gestão administrativa e contratual do Município. Tal competência é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o Art. 143, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal.

Por se tratar de matéria de competência do Executivo, a Vereadora autora utilizou corretamente o instrumento do **Projeto Indicativo**. Este serve como recomendação formal da Câmara Municipal ao Poder Executivo para que este inicie o processo legislativo sobre matéria de sua competência exclusiva, conforme preceitua o Art. 136 do Regimento Interno.

Portanto, o instrumento utilizado é constitucional e legal.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

Esta Comissão, em análise ao texto da proposição, verifica que o Art. 136, Parágrafo único, do Regimento Interno, exige que o Projeto Indicativo "terá a forma de Minuta de Projeto de Lei".

Nesse sentido, entende-se que a inclusão do Art. 3º (tratando das despesas) e do Art. 4º (cláusula de vigência) atende ao rigor formal de uma Minuta de Projeto de Lei. A apresentação de uma estrutura completa, simulando o projeto de lei que se sugere ao Executivo, confere clareza e completude à indicação, facilitando a análise e eventual adoção da matéria pelo Chefe do Poder Executivo.

O texto apresenta-se com clareza, precisão e ordem lógica. Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação que necessitem de Emenda de Redação.

III. VOTO DA COMISSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto Indicativo nº 33/2025.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 33/2025.

Sala de Reuniões, 01 de dezembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

